

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Credenciamento de advogados para a realização de atos processuais isolados, sem vínculo empregatício ou exclusividade, para atender às necessidades da Procuradoria Jurídica do COREN-BA em processos judiciais nas localidades situadas a mais de 100 km de Salvador.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O COREN-BA, por meio de sua Procuradoria Jurídica, necessita de representação em processos judiciais distribuídos em diferentes localidades do Estado da Bahia. No entanto, todos os advogados da autarquia estão lotados na sede, em Salvador/BA, tornando oneroso o deslocamento frequente para acompanhamento de audiências pontuais e sem maior complexidade e diligências em cidades distantes.

O deslocamento de advogados do quadro próprio para essas localidades implica elevados custos com passagens, hospedagem e diárias, além de comprometer a rotina administrativa da Procuradoria Jurídica. Em muitos casos, o custo do deslocamento supera o valor do próprio serviço a ser prestado, o que impacta a economicidade dos atos administrativos.

O credenciamento de advogados autônomos permite a contratação sob demanda, com menor custo e maior agilidade, sem comprometer a atuação da Procuradoria Jurídica em atos de maior complexidade, além de garantir celeridade e economicidade na atuação judicial do Conselho.

Dessa forma, o credenciamento de advogados para atuação **pontual** se apresenta como a alternativa mais eficiente e econômica para o Conselho, **sem substituir a atuação da Procuradoria Jurídica e sem envolver a defesa escrita ou elaboração de peças processuais, que são de competência exclusiva da**

Procuradoria, tampouco a prática de atos de maior complexidade, garantindo que a atuação dos credenciados seja limitada a diligências e audiências presenciais de menor complexidade.

Cabe destacar que há previsão orçamentária específica para a realização de diligências no orçamento da Procuradoria Jurídica, permitindo que o credenciamento seja implementado sem impacto negativo no orçamento do Conselho.

Essa medida visa reduzir custos com deslocamentos, garantindo maior eficiência processual, evitando atrasos e otimizando a defesa judicial do COREN-BA.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do credenciamento será de 03 (três) anos, prorrogável por igual período, limitado à validade do edital e à manutenção dos requisitos exigidos, podendo ser revogado a qualquer tempo por razão de interesse público devidamente fundamentado.

4. REQUISITOS DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Regularidade cadastral na OAB;
- 4.2. Mínimo de 2 (dois) anos de inscrição ativa na OAB/BA, a serem comprovados mediante certidão emitida pela OAB/BA;
- 4.3. Atuação na jurisdição onde ocorrerão as diligências;
- 4.4. Expertise comprovada em uma das seguintes áreas: **cível, trabalhista e/ou execução fiscal**, a ser demonstrada por meio da apresentação de **até três atos processuais**, tais como peças processuais assinadas, acompanhadas de certidões de protocolos, atas de audiências, certidões de tribunais ou outros documentos idôneos que atestem a experiência profissional do advogado;
- 4.5. Ausência de penalidades disciplinares na OAB nos últimos 2 anos, a ser comprovada mediante certidão/declaração expedida pela OAB/BA;
- 4.6. Aceitação expressa dos termos do edital de credenciamento, mediante

assinatura do Termo de Responsabilidade.

5. OBJETO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O objeto do credenciamento abrange:

a) Diligências e audiências iniciais ou de instrução de menor complexidade em ações civis públicas e ações cíveis em geral, quando o ato não puder ser realizado de forma remota;

b) Diligências e audiências de menor complexidade em processos de execução fiscal, quando o ato não puder ser realizado de forma remota;

c) Diligências e audiências iniciais ou de instrução de menor complexidade em processos trabalhistas, quando o ato não puder ser realizado de forma remota.

5.2. Todos os atos devem ser presenciais e impossíveis de realização remota.

6. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A atuação será restrita às Comarcas, Seções Judiciária, Subseções Judiciárias e Varas do Trabalho localizadas no domicílio profissional do advogado credenciado e somente em localidades situadas a mais de 100 km de Salvador, **mediante prévia solicitação do dirigente máximo da Procuradoria Jurídica (Procurador(a)-Geral), nos termos do anexo III.**

Na hipótese de inexistência de advogado credenciado na localidade onde se realizará a diligência, o COREN-BA poderá acionar advogados de localidades próximas (preferencialmente dentro da mesma região ou comarca limítrofe) para manifestarem interesse no atendimento da demanda. Em todos os casos, o pagamento será realizado exclusivamente pelo ato praticado, observando os valores fixados na Tabela de Honorários da OAB/BA referente à advocacia de

correspondência, vigente à época da prestação do serviço, não havendo qualquer reembolso de despesas de deslocamento, hospedagem ou diárias.

7. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 7.1. Cumprir fielmente as solicitações da Procuradoria do COREN-BA;
- 7.2. Apresentar os comprovantes dos atos realizados;
- 7.3. Zelar pela imagem institucional do Conselho;
- 7.4. Manter sigilo profissional e não divulgar informações institucionais;
- 7.5. Manter atualizados seus dados cadastrais.

8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE (COREN-BA)

- 8.1. Indicar com antecedência o ato a ser praticado;
- 8.2. Liberar os pagamentos nos prazos estabelecidos;
- 8.3. Fornecer as informações e documentos necessários para o cumprimento da diligência.

9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E ESCOLHA

Não há seleção concorrencial. O credenciamento é realizado mediante comprovação dos requisitos objetivos, respeitados os princípios da isonomia, legalidade e impessoalidade.

10. CRITÉRIO DE ACIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS

10.1. O COREN-BA realizará a solicitação dos serviços aos advogados credenciados conforme a localidade do ato judicial a ser praticado, observando rigorosamente a ordem cronológica de credenciamento para as localidades de atuação definidas no anexo I deste termo, de modo a assegurar a convocação equitativa e rotativa de todos os profissionais.

10.2. Na hipótese de inexistência de advogado credenciado na localidade da diligência, o COREN-BA poderá acionar advogados de localidades próximas (preferencialmente dentro da mesma região ou comarca limítrofe) para manifestarem interesse no atendimento da demanda, também respeitando a ordem cronológica de credenciamento. Em todos os casos, o pagamento será realizado exclusivamente pelo ato praticado, observando os valores fixados na Tabela de Honorários da OAB/BA referente à advocacia de correspondência, vigente à época da prestação do serviço, não havendo qualquer reembolso de despesas de deslocamento, hospedagem ou diárias.

10.3. Após o chamamento de todos os nomes constantes na lista, esta será reiniciada a partir do primeiro credenciado, garantindo a alternância e o equilíbrio na distribuição das demandas.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito por ato processual efetivamente realizado, mediante comprovação (ata de audiência, protocolo, certidão, etc.) e mediante emissão de RPA ou nota fiscal.

11.2. Os valores obedecerão à Tabela de Honorários da OAB/BA referente à advocacia de correspondência, vigente à época da prestação do serviço, observando-se a previsão orçamentária da Procuradoria.

11.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega da documentação completa e regular.

11.4. O Coren-BA reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato do atesto da nota fiscal e ou RPA, verificar que o serviço prestado não corresponde às especificações dos itens conforme este Termo de Referência.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL E DAS RESPONSABILIDADES

12.1. Não será exigida garantia contratual, tendo em vista que o objeto trata de prestação eventual e pontual de serviços técnicos especializados, sem fornecimento de bens ou risco relevante de inadimplemento.

Contudo, a credenciada será responsável integralmente pela execução dos serviços assumidos, respondendo:

- a) Pela inexecução total ou parcial dos serviços, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, cíveis e disciplinares;
- b) Por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos, omissões, negligência ou falha técnica na condução das atividades;
- c) Por danos causados ao COREN-BA ou a terceiros, em razão de conduta dolosa ou culposa no exercício das atividades credenciadas;
- d) Pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados.

13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. Art. 79 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); Decreto Federal nº 11.878/2024; Art. 37 da Constituição Federal (princípios da Administração Pública).

14. FISCALIZAÇÃO

14.1. A Procuradoria Jurídica do COREN-BA será responsável por acompanhar, fiscalizar e atestar a realização dos serviços contratados, devendo ser comunicada imediatamente em caso de qualquer intercorrência.

15. DO VALOR DE REFERÊNCIA

15.1. O valor de referência para cada diligência será aquele constante na Tabela de Honorários da OAB/BA referente à advocacia de correspondência, vigente à época da prestação do serviço, conforme o tipo de ato realizado e a localidade da prestação, não podendo ultrapassar o teto fixado no orçamento da Procuradoria Jurídica do COREN-BA para o exercício vigente.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O presente objeto tem sua classificação contábil registrada nas seguintes contas orçamentárias:

16.1.1. 6.2.2.1.1.33.90.36.002 – Remuneração de Serviços Pessoais - PF

Salvador/BA, 11 de setembro de 2025



JOARA BRITO FERREIRA
OAB/BA 56.072
Assessora Técnica N3

ANEXO I

DAS POSSÍVEIS LOCALIDADES DE ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO TRF, TJBA E TRT

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

Jurisdição

Cachoeira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, Saubara, Valença.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOINHAS

Jurisdição

Alagoinhas, Acajutiba, Água Fria, Araças, Aporá, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Cipó, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Nova Soure, Olindina, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Sátiro Dias e Teodoro Sampaio.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS

Jurisdição

Barreiras, Angical, Baianópolis, Brejolândia, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Muquém do São Francisco, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley

SUBSEÇÃO DE BOM JESUS DA LAPA

Jurisdição

Bom Jesus da Lapa, Boquira, Brotas de Macaúbas, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Feira da Mata, Ibipitanga, Ibotirama, Igaporã, Ipupiara, Jaborandi, Macaúbas, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato e Tabocas do Brejo Velho.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO

Jurisdição

Campo Formoso, Andorinha, Antônio Gonçalves, Caém, Caldeirão Grande, Cansanção, Capim Grosso, Filadélfia, Gavião, Itiúba, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Monte Santo, Nordestina, Ourolândia, Pindobaçu, Ponto Novo, Quixabeira, São José do Jacuípe, Saúde, Senhor do Bonfim, Serrolândia, Umburanas, Várzea da Roça, Várzea do Poço e Várzea Nova.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNÁPOLIS

Jurisdição

Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Jucuruçu, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA

Jurisdição:

Feira de Santana, Amargosa, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Araci, Baixa Grande, Banzaê, Barrocas, Biritinga, Boa Vista do Tupim, Cabaceiras do Paraguaçu, Candeal, Canudos, Capela do Alto Alegre, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Elísio Medrado, Euclides da Cunha, Iaçú, Ichú, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Lamarão, Macajuba, Mairi, Maragogipe, Milagres, Mundo Novo, Nova Fátima, Ouriçangas, Pé de Serra, Pedrão, Pintadas, Piritiba, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Ruy Barbosa, Santa Barbara, Santa Luz, Santa Terezinha, Santanópolis, Santo Estevão, São Domingos, São Gonçalo dos Campos, Sapeaçu, Serra Preta, Serrinha, Tanquinho, Tapiramutá, Teofilândia, Terra Nova, Tucano, Valente e Varzedo.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI

Jurisdição

Guanambi, Botuporã, Caculé, Caetité, Candiba, Carinhanha, Caturama, Érico Cardoso, Ibiassucê, Ibitiara, Iuiú, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Malhada,

Matina, Mortugaba, Novo Horizonte, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Pindaí, Rio do Antônio, Rio do Pires Santana, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo e Urandi

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS

Jurisdição

Ilhéus, Cairu, Camamu, Canavieiras, Igrapiúna, Itacaré, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Uma e Uruçuca.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ

Jurisdição:

Irecê, América Dourada, Andaraí, Barra, Barra do Mendes, Barro Alto, Boninal, Bonito, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Iraquara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Mulungu do Morro, Nova Redenção, Palmeiras, Presidente Dutra, São Gabriel, Seabra, Souto Soares, Uibaí, Utinga, Wagner e Xique-Xique.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA

Jurisdição

Itabuna, Aurelino Leal, Almadina, Arataca, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandú, Gonfgogi, Ibirapitanga, Ibicaraí, Ibicuí, Iguaí, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Itororó, Jussari, Mascote, Nova Canaã, Pau Brasil, Piraí do Norte, Potiraguá, Presidente Tancredo Neves, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã e Wenceslau Guimarães

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ

Jurisdição

Jequié, Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Brejões, Contendas do Sincorá, Cravolândia, Dário Meira, Ibicoara, Ibiquera, Ibirataia, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itaeté, Itagi, Itagibá, Itamari, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza,

Mutuípe, Nova Ibiá, Nova Itarana, Piatã, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO

Jurisdição: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO

Jurisdição

Paulo Afonso, Abaré, Adustina, Antas, Chorrochó, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Fátima, Glória, Heliópolis, Jeremoabo, Macururé, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS

Jurisdição:

Teixeira de Freitas, Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Vereda.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Jurisdição:

Vitória da Conquista, Abaíra, Anagé, Aracatu, Barra da Estiva, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Brumado, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Encruzilhada, Guajeru, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Ituaçu, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Macarani, Maetinga, Maiquinique, Malhada de Pedras, Mirante, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Tanhaçu e Tremedal.

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO CREDENCIADO

Eu, _____,
advogado(a), inscrito(a) na OAB/UF sob o nº _____, CPF nº
_____, residente e domiciliado à

_____, devidamente credenciado(a) junto ao
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – COREN-BA para a
realização de diligências jurídicas e atos processuais isolados, declaro, sob as
penas da lei:

1. Que tenho **plena ciência e concordância** com todas as condições, responsabilidades e obrigações constantes no Edital de Credenciamento e seus anexos, bem como no respectivo Termo de Referência;
2. Que **cumprirei integralmente** os prazos, condições e orientações estabelecidas pela Procuradoria-Geral do COREN-BA ou setor competente, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
3. Que assumo total responsabilidade **pelos atos praticados no exercício da atividade objeto do credenciamento**, respondendo civil, penal e administrativamente por eventuais danos causados ao COREN-BA, a terceiros ou à Administração Pública, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa;
4. Que me comprometo a manter **sigilo profissional** sobre todas as informações, documentos e dados a que tiver acesso em razão das atividades executadas, inclusive após o término do vínculo de credenciamento;
5. Que **posso domicílio profissional na localidade** da diligência a ser realizada, situada a mais de 100 km de Salvador, conforme exigência do edital, e que estou ciente de que, na hipótese de inexistência de advogado credenciado na comarca em que se dará o ato, o COREN-BA poderá, em caráter excepcional, acionar advogados credenciados de localidades próximas,

preferencialmente em comarca limítrofe, para manifestarem interesse no atendimento da demanda;

6. Que estou ciente de que o pagamento se restringe exclusivamente ao ato processual efetivamente realizado, de acordo com os valores fixados na Tabela de Honorários da OAB/BA – advocacia de correspondência, vigente à época da execução, não havendo qualquer reembolso de despesas de deslocamento, hospedagem ou alimentação.
7. Que **posso, no mínimo, 2 (dois) anos de inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB**, devidamente comprovada por certidão expedida pela Ordem;
8. Que **posso a expertise necessária para a prática dos atos jurídicos objeto deste credenciamento**, considerando minha formação, inscrição ativa na OAB e experiência profissional compatível com as atribuições exigidas;
9. Que estou ciente de que o não cumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar o **cancelamento do meu credenciamento**, bem como a aplicação de penalidades administrativas previstas em lei e no edital, sem prejuízo da responsabilização civil, ética e criminal cabível;
10. Que me comprometo a **informar qualquer alteração** de dados cadastrais, endereço profissional ou demais condições que possam afetar o cumprimento do objeto do credenciamento;
11. Que **tenho ciência de que a inexecução total ou parcial da diligência assumida poderá ensejar responsabilização por perdas e danos, inclusive com eventual ajuizamento de ação de regresso pelo COREN-BA para ressarcimento dos prejuízos suportados**, nos termos da legislação aplicável.

Local e data: _____

Assinatura do Advogado Credenciado

ANEXO III

**TERMO DE ACIONAMENTO DE ADVOGADO CREDENCIADO E ACEITE DA
DILIGÊNCIA**

PROCESSO Nº ____/2025 – Credenciamento de Advogados

O **Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – COREN-BA**, por intermédio da Procuradoria-Geral, no uso de suas atribuições legais, **ACIONA** o(a) advogado(a) credenciado(a) abaixo qualificado(a), para realização da diligência adiante especificada:

Advogado(a): _____

OAB/BA nº: _____

CPF nº: _____

Local de Domicílio Profissional: _____

Dados da Diligência:

Processo nº: _____

Órgão/Comarca: _____

Data/Horário: _____

Ato a ser praticado: _____

Salvador/BA, ____ de _____ de 2025.

Procurador(a)-Geral do Coren-BA

(Nome completo, nº OAB e assinatura Procurador(a)-Geral do Coren-BA)

CIÊNCIA, COMPROMISSO E ACEITE DA DILIGÊNCIA

Declaro, para todos os fins legais, que:

1. Estou ciente da convocação para a realização da diligência acima especificada e **ACEITO formalmente o encargo**, comprometendo-me a cumpri-la conforme as orientações da Procuradoria-Geral do COREN-BA;
2. O pagamento restringe-se **exclusivamente ao ato processual efetivamente**

realizado, de acordo com os valores fixados na **Tabela de Honorários da OAB-BA – advocacia de correspondência**, vigente à época da execução, **não havendo qualquer reembolso de despesas de deslocamento, hospedagem ou alimentação;**

3. Tenho ciência de que a **inexecução total ou parcial da diligência** poderá ensejar responsabilização civil, administrativa, ética e o ajuizamento de **ação de regresso pelo COREN-BA**, para ressarcimento de eventuais prejuízos;
4. Reitero a observância dos compromissos assumidos no **Termo de Responsabilidade** já firmado no ato do credenciamento.

Salvador/BA, ____ de _____ de 2025.

Advogado(a) Credenciado(a)
(Nome completo, nº OAB e assinatura)

